

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Simonetti Marinho, informações sobre o impacto da desativação do radar meteorológico de Belém nas ações de defesa civil na região amazônica.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Simonetti Marinho, informações sobre o impacto da desativação do radar meteorológico de Belém nas ações de defesa civil na região amazônica.

Nesses termos, requisitam-se as seguintes informações:

1. Qual o impacto da desativação do radar meteorológico de Belém, do Sistema de Proteção da Amazônia, nas ações de defesa civil na região?
2. Com a desativação do radar, como estão sendo coletados os dados relativos às estimativas de chuvas e outros eventos meteorológicos intensos que podem causar impacto negativo nas cidades do Estado do Pará?
3. O que está sendo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para apoiar o Município de Belém e o Estado do Pará na prevenção e mitigação dos danos causados pelos fortes ventos e tempestades que provocaram grandes prejuízos aos moradores



da capital paraense no último mês? Há algum sistema que substitui o radar? A inoperância do radar tem atrapalhado as ações preventivas?

4. Considerando a importância do radar de Belém para o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil na Amazônia, o que o Ministério do Desenvolvimento Regional pode fazer para colaborar com a reativação do aparelho? É possível aportar recursos do Ministério para a manutenção do equipamento que permitam colocá-lo novamente em operação?
5. Há estudos ou diagnóstico técnico a respeito das razões da desativação do radar meteorológico de Belém? Qual é o orçamento demandando para a sua reativação?

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 17 de abril o portal de notícias “O Liberal” veiculou reportagem-denúncia sobre cortes no orçamento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) que levaram à desativação do radar meteorológico de Belém.

Segundo a reportagem, em 2020 os recursos destinados ao Censipam foram cortados quase pela metade, registrando o patamar mais baixo dos últimos 13 anos. No ano passado, o Censipam executou apenas 12 milhões de reais de seu orçamento de 42,2 milhões de reais (28,5% do valor empenhado). Neste ano, o órgão recebeu, até o momento, apenas R\$ 630 mil para gerir a operação de proteção de toda a Amazônia. Vale lembrar que em 2008 o orçamento do Censipam chegou a 106 milhões de reais, com R\$ 51,8 milhões efetivamente pagos. A falta de recursos está comprometendo as atividades mais básicas do órgão.

O radar meteorológico de Belém está inoperante e com sinais de desgaste e falta de manutenção. Sem o radar, deixam de ser produzidas estimativas da quantidade de chuva que cairá numa determinada região, da velocidade de deslocamento de uma nuvem precipitante, do número de horas em que a chuva poderá cair, da intensidade do vento e da possibilidade de granizo, além de ficar prejudicado o levantamento de dados que indicam em qual região da cidade, até mesmo por bairros, a chuva deverá ser mais forte.

Essa situação compromete o sistema de defesa civil. Ao longo do último mês, a população de Belém sofreu com tempestades, ventos fortes e chuvas intensas, que causaram destelhamento de muitas casas e queda de árvores. O equipamento ora desligado tem a capacidade de fornecer rastreamento de tempestades e elaboração de previsões de curtíssimo prazo, possibilitando a emissão de alertas hidrometeorológicos mais precisos, o que pode minimizar os prejuízos e os riscos para a população.

O desligamento do radar também provoca a perda de dados temporais, fundamentais para estudos relacionados ao tempo e ao clima e para a criação de boletins e prognósticos climáticos, assim como para as pesquisas sobre a região amazônica, como uma possível climatologia de dados de radar, que agilizaria ainda mais a previsão de tempo.

A política de cortes indiscriminados nos gastos governamentais, além de prejudicar a população com a ausência de prestação de serviços essenciais, gera dilapidação do patrimônio público, como é o caso do radar meteorológico de Belém, que tem valor estimado em R\$ 5 milhões.

Diante desse cenário, entendemos ser necessário questionar o Poder Executivo acerca dos motivos que levaram ao descaso com um sistema tão importante como o Sipam, bem como cobrar a solução para o problema, que

passa pela destinação de recursos em montante suficiente para a recuperação dos equipamentos e para a sua correta manutenção.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2021.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do Partido dos Trabalhadores

